

ATA 9

Ao décimo sétimo dia do mês de setembro de dois mil e dezanove, reuniu-se pelas 21h, a Assembleia de Freguesia ordinária da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Almeida Praça, deu início à reunião pelas 21h 30 estando presentes:

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Carla Elisabett de Oliveira e Silva (RM)
- Alexandre Paulo da Silva e Sá (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (RM)
- Nuno Filipe Teixeira da Cruz (RM)
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (RM)
- Adelaide Maria Sampaio Mariz (RM)
- José António da Silva Barradas (RM)
- Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (RM)
- Ana Reynolds de Magalhães A. C. Castro Saraiva (PSD)
- António Manuel Pereira Rodrigues Cunha (PSD)
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS)
- Cândida Paula Oliveira Freitas Silva Roseira (PS)
- Marco Régis Lacomblez Leitão (PS)
- António Pedro Lima Sequeira Magalhães Pinto (PS)
- Maria Manuela Nunes Lopes G. de Brito Amorim (PS)
- Maria Francisca de Castro Ribeiro Pereira da Silva (CDU)
- António de Oliveira Alves (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald (PSD) – substituída por António Manuel Pereira Rodrigues Cunha;
- José Leandro Amaro da Veiga (RM) – substituído por Nuno Filipe Teixeira da Cruz;
- Filipa Maria Beleza Braga (RM) – substituída por Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro
- Casimiro António Valente Calisto (CDU) – substituído Maria Francisca de Castro Ribeiro Pereira da Silva

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário – Carla Elisabett de Oliveira e Silva
- 2º Secretário – Alexandre Paulo da Silva e Sá

Presenças associativas:

- Associação de Doentes Renais do Norte de Portugal;

Inscrições do público e das Associações:

- **Tomé Meireles**, morador da freguesia, para comunicar que na última Assembleia lhe tinha sido dito que a Câmara não passava licenças, mas afirmou que sempre teve licenças emitidas pela Câmara. Veio justificar que a Câmara passava licenças no tempo do Dr. Rui Rio e deixou de passar quando foi para a Câmara o Dr. Rui Moreira. Outro caso, prende-se com a loja do cemitério de Lordelo do Ouro. Afirmou que quando a loja abriu houve cinco concorrentes e que tinha sido um deles. Mais afirmou que o contrato de arrendamento previa que passado cinco anos a loja teria que ir a concurso público e que a renda tinha que ser aumentada conforme a taxa de inflação. Acontece que já passaram doze anos e a loja nunca foi a concurso e nunca foi aumentada a renda, pelo que a Junta de Lordelo está a perder centenas de euros por mês.

- **José Macedo**, morador do Bairro do Bom Sucesso, perguntou a Junta e à Sra Presidente em especial se sabe de alguma coisa sobre as obras que iriam começar em outubro, a Câmara deu três meses aos inquilinos que compraram as casas e aos inquilinos que tinham as rendas em atraso, até princípio de outubro para negociarem com os privados e para negociarem com os inquilinos. Gostaria de saber se existe alguma resposta a esse processo, e se as obras começam em outubro como disse o Dr. Fernando Paulo e o Diretor da Domus e saber se o parque de estacionamento, depois das obras, poderia ficar para os moradores com uma avença a pagar vinte cinco ou trinta euros por ano, porque a Câmara passou licenças a dois moradores, mas os moradores são todos iguais. Referiu que alguém deveria falar com o INEM ou os Bombeiros e colocar no Bairro uma ambulância de prevenção para apoio a pessoas com pouca mobilidade e efetuar viagens para o hospital.

- **Luís Antunes**, nascido no Bairro Sidónio Pais, afirmou que essa zona sempre foi muito pacata, mas desde que o Aleixo foi demolido a zona tornou-se ligeiramente diferente e é impossível não reparar na afluência de toxicodependentes e também na afluência de mais pessoas para adquirirem droga, o que dá a entender que existe tráfego de droga naquela zona. Situação constrangedora, porque pretende voltar a morar lá, pois neste momento tem lá casa. Concluiu, dizendo que foi recenseado em Lordelo do Ouro durante trinta e três anos, mas neste momento está recenseado na Foz do Douro.

- **Liliana Pinto**, moradora do Bairro Sidónio Pais, comunicou que há dois anos para cá tem havido uma afluência de toxicodependentes, sendo impossível viver no Bairro. Solicitou ajuda para que fosse colocada mais vigilância, pois a mãe está sempre a ser ameaçada

Intervieram antes da ordem do dia:

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, cumprimentou todos os presentes. Em relação ao Sr. Tomé, informou que estavam a analisar a situação e que iriam abrir o concurso brevemente. Quanto aos licenciamentos, não foi dito que a Câmara não passava licenças, o que foi dito é que neste momento o licenciamento da venda ambulante mudou em dois mil e treze. Antigamente estava com a Polícia Municipal e agora são as Juntas de Freguesia que o fazem. Mais afirmou que teria toda a disponibilidade para reunir e esclarecer qualquer dúvida. Relativamente à situação do Bom Sucesso, esclareceu que o que o Dr. Fernando Paulo informou foi que houve uma reunião só com os proprietários e agora eles estão a ser ouvidos individualmente até outubro. Mais informou que já marcou uma visita ao bairro juntamente com os moradores para recolher toda a informação e depois reencaminhar para a Câmara.

Em relação ao Sr. Luís Antunes e neste caso, responder a D. Liliana, informou que a droga sempre existiu e já há muitos anos estava no Aleixo, efetivamente agora há uma deslocalização para outros espaços. Mais informou que lhe foi dito pela Sra. Secretária de Estado Dra. Isabel Oneto que não há efetivos para chegar a todas as situações. Uma das situações que pediu à Sra. Secretária de Estado foi a questão da Escola Segura, porque existem muitos toxicodependentes e inclusive perto da Escola das Condominhas. Concluiu, dizendo a Junta está atenta, mas é preciso outro tipo de força. É preciso investir na Escola Segura, é preciso insistir com a Polícia de

proximidade e dar também um apreço a todas as entidades que diariamente estão lá para tentar combater todas estas situações.

- **António Alves, CDU**, cumprimentou todos os presentes. Concordou com a questão da Deputada do Bloco de Esquerda, no sentido de se responder ao público, pois este merece respeito, pois vem colocar os problemas e não tem mais possibilidade de voltar a falar, dado que começando os partidos a falar, o público não pode intervir. Colocou a primeira questão relativamente ao despacho do arquivamento da ação inspetiva aos procedimentos de contratação da Junta, dizendo que queria ter acesso ao mesmo. A segunda questão foi dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia, pois realizou-se uma reunião a pedido do Bloco de Esquerda com um conjunto de associações, relacionadas com o problema da toxicodependência e com os sem abrigo, para se discutir a situação grave que se vive nesta Freguesia, nomeadamente nos Bairros de Pinheiro Torres e da Pasteleira Nova. Afirmou que a reunião, apesar de interessante e de muito conteúdo, surgiu num contexto algo irreal, pois foi convocada pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, para as 14h da tarde, sabendo que nem todos os membros dessa Assembleia poderiam estar presentes porque trabalham e por outro lado foi feita a pedido de um partido, fora do contexto regulamentar. Assim sendo, perguntou qual o enquadramento dessa reunião e se qualquer elemento da Assembleia de Freguesia pode solicitar reuniões deste tipo. Em relação ao problema discutido nessa reunião, queria perguntar se a Junta sabe alguma coisa da situação que se vive nestes dois bairros, nomeadamente depois de uma intervenção policial. Quanto ao Bairro do Bom Sucesso, apesar de já ter sido respondido, pediu que fosse confirmado se o Dr. Fernando Paulo terá dito que deu um prazo aos proprietários. Continuou dizendo que as obras do Bom Sucesso já se arrastam há muito tempo, pois numa Assembleia foi dito que era em março que iam começar as obras e já se está em setembro e ainda não se sabe quando vão começar. A questão do cemitério e da loja, queria referir a pedido do Eng. Casimiro Calisto, que algumas pessoas se queixaram que tem havido roubos de ferragens de cobre e pedia a Junta para intervir.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, esclareceu que não foi da sua iniciativa a organização da reunião referida, mas sim do Bloco de Esquerda. Mais informou que foi o Bloco de Esquerda que solicitou a marcação da reunião e o horário proposto e que tinha informado o Bloco de Esquerda que para organizarem ali uma reunião teriam que dar conhecimento a todos os membros da Assembleia para que pudessem estar

presentes. Mais disse, que face ao tema da reunião entendeu ser uma reunião de trabalho com toda a pertinência, e que todos deviam ter conhecimento disso.

- **Marco Leitão, PS**, cumprimentou todos os presentes. Interveio para dizer que a questão do tráfego de droga nos bairros da freguesia preocupa a todos, pois esta tem uma dimensão bastante grande e com impacto negativo na vida dos fregueses desta freguesia. Continuou dizendo que aquela é uma questão bastante complexa e que não é de agora, mas surge agora porque se está a espalhar e a acontecer noutras áreas da freguesia, sendo um problema complicado de resolver. Afirmou que a própria demolição do Bairro do Aleixo não resolveu o problema do tráfego e este espalhou-se pela freguesia. Afirmou que é preciso a intervenção de várias entidades. Referiu que houve uma intervenção recente da parte da PSP na zona do Bairro Pinheiro Torres e da Pasteleira Nova, mas que não teve o impacto que se gostaria, pois a PSP não consegue resolver sozinha o problema da droga. É preciso contar com todos, com as entidades públicas e privados que habitualmente trabalham nesta área e obviamente contar com a Câmara, com a Junta, sem prejuízo do que já estão a fazer nesse sentido. Relativamente ao cemitério, informou que estavam a acompanhar a situação, mas, com as informações que tem, não consegue ter uma opinião formada sobre isto, mas percebe a perspetiva do freguês.

- **Ana Reynolds, PSD**, cumprimentou todos os presentes. Começou por falar sobre a reunião que foi da iniciativa do Bloco de Esquerda, para dizer que o PSD esteve representado pelas duas deputadas deste órgão deliberativo. Foi uma reunião com um tema urgente pelo que fizeram um esforço para estar presentes. Informou que têm falado com alguns Presidentes das Associações da Freguesia e tem sido uma preocupação constante o espalhar da problemática do consumo de droga e tráfego que incomoda os moradores. O problema sempre existiu, só que estava no Aleixo e agora com o desmantelamento as pessoas tiveram de sair de lá e distribuíram-se pelos locais desta freguesia. Mais disse que o PSD estava solidário com os moradores e com as suas preocupações relativamente a este assunto. Este assunto transcende as fronteiras desta freguesia e é extremamente complicado de resolver, afirmando que espera ser possível encontrar soluções.

- **Nuno Cruz, RM**, começou por afirmar que a droga é um problema que sempre existiu e que quem não estiver distraído sabe que o Dr. Rui Moreira esta a pagar

gratificados à PSP, porque obteve resposta que não havia efetivos na PSP que chegassem. A Câmara está a fazer tudo o que é possível para combater a droga e o Aleixo foi um problema herdado e quando o Dr. Rui Moreira entrou no Executivo, o Aleixo já era um problema, já tinham ido duas torres abaixo, portanto não foi ele que decidiu deitar o Aleixo abaixo. Também entende que não seria bom ter reconstruído o Aleixo e manter o mercado da droga, pois a uns dava jeito recuperá-lo pois já está lá o mercado da droga e outros, entendem que se deve limpar tudo e é com a policia que se está a combater a droga, está a haver imensa pressão do Sr. Presidente da Câmara sobre o Governo e a PSP no combate à droga. Foram aprovadas na Assembleia Municipal as salas de consumo assistido, para minimizar o problema e o problema da droga não é só de Lordelo, mas sim da cidade, do país e do mundo.

- **Marco Leitão, PS**, para apresentar um Voto de Pesar do Arqt. António Emilio Teixeira Lopes, tendo sido o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, eleito nas listas do Partido Socialista, logo a seguir ao 25 de Abril, tendo também referido que é reconhecido o trabalho profícuo que o mesmo realizou em prol dos fregueses e da respetiva freguesia e que era um homem com qualidades humanas notáveis, que respeitava as pessoas, independentemente da respetiva classe social, e teve uma grande intervenção cívica no decorrer na sua vida.

O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade e foi feito um minuto de silêncio.

- **Susana Constante Pereira, BE**, interpelou o Sr. Presidente da Assembleia para sugerir a realização de uma reunião para fazer alterações ao Regimento da Assembleia.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, mostrou toda a disponibilidade para agendar a referida reunião.

- **Susana Constante Pereira, BE**, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia o cumprimento do Regimento e nesse caso não seria necessária a reunião. Relativamente à reunião pedida pelo Bloco de Esquerda esclareceu que esta reunião surgiu num pedido de reunião do grupo do Bloco de Esquerda, inclusive o grupo municipal e não só o da Assembleia de Freguesia, a Junta de Freguesia e desta reunião com a Junta de Freguesia, surgiu o interesse em realizar-se a reunião alargada com

entidades. Entretanto, houve um cuidado da Junta de Freguesia articular com a Assembleia e ao fazer essa articulação, entenderam que o que faria sentido era o Bloco de Esquerda dirigir um pedido via Assembleia de Freguesia para que esta reunião se realizasse. O Bloco de Esquerda com os contactos que tinham sido discutidos na Assembleia de Freguesia e a partir daí a reunião foi marcada. Desta reunião saíram também propostas concretas: a Junta de Freguesia de alguma forma comprometeu-se para avançar com a realização de uma sessão pública, não uma reunião de trabalho, aberta a todo o território no sentido de explorar esta questão, refletir e dar a conhecer o que são e o que fazem estas entidades, qual o diagnóstico, o histórico desta cidade. A recomendação e moção apresentadas vem no seguimento da reunião, moção "Por uma estratégia integrada para as dependências na cidade" e uma recomendação "Por uma resposta integrada para as dependências na freguesia".

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, respondeu à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, dizendo que o artigo sete fala no período antes da ordem do dia, período destinado ao público e diz que são quarenta e cinco minutos para o período antes da ordem do dia. Relativamente ao uso da palavra dos membros da assembleia e isto já faz parte do período, quando um cidadão ou uma associação ultrapassa o tempo e acha que é uma coisa de interesse para todos o tempo poder ser ultrapassado. Relativamente às propostas que queira fazer, pediu que as fizesse por escrito que faria chegar a todos elementos desta assembleia para marcações das reuniões que assim entender.

- **Susana Constante Pereira, BE**, o Bloco de Esquerda apresentou uma moção e recomendação que são uma resposta integrada. Relativamente ao tempo em que chegou os documentos, não é o ideal, mas foi enviado um email para os serviços da Freguesia que tal se deveu a razões de saúde de carácter pessoal e, portanto, não foi possível enviar mais cedo.

- **Cláudia Costa, RM**, cumprimentou todos os presentes. Informou que a sua bancada vai votar a favor da moção e da recomendação do Bloco de Esquerda, pese embora seja muito complicado as moções chegarem cinco minutos antes do início da reunião. Afirmou que a Junta de Freguesia tem tido uma atitude e um comportamento exemplar no que diz respeito a esta luta, por isso votam favoravelmente.

- **António Cunha, PSD**, cumprimentou todos os presentes. As moções e as recomendações apresentadas pelo Bloco de Esquerda, são bastante nobres e válidas, mas carecem de dois problemas fundamentais e como tal a sua bancada vai-se abster. O primeiro problema fundamental, é que não englobam as Associações de Moradores e a bancada entende que a solução para os problemas que existem nos bairros tem que envolver os moradores, as associações de moradores e a segunda questão, é que nesta moção há um ênfase muito grande no financiamento de ONGs e pergunta quem escolheu essas ONGs.

- **António Alves, CDU**, recebeu agora estas moções, mas acha que são importantes e no essencial entende que devem ser aprovadas. Chamou à atenção para o facto de constantemente se aprovarem as mesmas moções na Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia. Na Câmara já foi aprovado um programa da CDU o qual foi aprovado por unanimidade, no sentido de criar um programa social para os bairros da cidade e não só para estes dois, com equipas de apoio aos moradores. Ninguém falou dos moradores, dessas associações ninguém falou e até foi dada a ideia de que se estava a criar um pânico geral, de alimentar esse pânico junto dos moradores contra os toxicodependentes, deixando de os apoiar, impedindo o apoio, inclusivamente dessas associações, em questão de alimentação, seringas e outras coisas. É um facto que muitos moradores perdendo a segurança, qualidade de vida, como no caso de Pinheiro Torres, em que as famílias passaram a ter medo de lá entrarem, é evidente que se cria muita insegurança e muito medo. Em relação ao ponto dois, se não estiver aqui alguma coisa que diga sobre os moradores, representantes dos moradores, não fica correto, fica incompleto. As reuniões são importantes, dúvida da sua eficácia e dos resultados que se obtêm com elas, mas pelo menos permite focar temas mais importantes e reivindicar apoios que são necessários.

- **Susana Constante Pereira, BE**, relativamente ao ponto dois da recomendação, onde diz a realização de reuniões regulares com as entidades convocadas para reunião de trinta e um de julho, acho que para simplificação, com as entidades convocadas para a reunião de trinta e um de julho e com as associações de moradores da freguesia, promovendo a sua divulgação, sendo mesmo esta formulação destas entidades convocadas para a reunião de trinta e um de julho, é importante termos a noção de que foi um exercício e mesmo assim ficamos com a sensação de que não estavam todas e quando acrescentamos as associações de moradores, podemos

chegar a conclusão que também pode ser preciso estar a associação de pais. Na moção fala de agentes de terreno e participação de entidades e comunidade.

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, questionou o Sr. António Alves se era para incluir também os cidadãos e se é para incluir o público.

- **Marco Leitão, PS**, usou da palavra para informar que por razões pessoais não tinha podido comparecer, mas que outros membros do seu grupo tinham estado presentes pois tinham tido essa disponibilidade, lamentando que a reunião não se tivesse realizado num outro horário. Entendeu que o diálogo é sempre importante e nesse aspeto a iniciativa era de relevância para a Freguesia e como tal informou que o P.S. iria votar a favor da recomendação. No que toca á moção apresentada, entendeu haver alguns considerandos com os quais não concordava.

Referiu ainda, e conforme já tinha sido anteriormente falado, que esta questão não poderia ser apenas resolvida exclusivamente pelo Governo, nem pela Câmara, nem pela Junta, mas que era necessário uma intervenção de todos e das outras entidades que atuam habitualmente nesta área. Referiu ainda, no que toca à própria recomendação e moção, não concordar com tudo o que é referido, mas em prol da freguesia, em prol da resolução deste problema iriam votar a favor.

Moção "Por uma estratégia integrada para as dependências na cidade"

Favor -16 (2 CDU, 1 BE, 8 RM, 5 PS)

Abstenções - 3 (2 PSD 1 RM)

Contra - 0 (zero)

Recomendação "Por uma resposta integrada para as dependências na freguesia"

Favor -16 (2 CDU, 1 BE, 8 RM, 5 PS)

Abstenções - 3 (2 PSD 1 RM)

Contra - 0 (zero)

Período da Ordem do Dia:

- **Presidente da Assembleia de Freguesia**, usou da palavra para apresentar um pedido do executivo desta União de Freguesias, tratando-se da inclusão de um ponto na ordem de trabalhos e o qual passará a ser o ponto um – eleição de membro do Executivo, em virtude da renúncia do Vogal do Executivo, Nuno Silva.

Referiu ainda que caso não fosse aprovada teria de convocar uma Assembleia Extraordinária, pois o executivo não podia estar sem vogal e passou a ler as cartas dirigidas ao Executivo e Assembleia da UFLOM, a dar conhecimento da sua renúncia ao mandato, por motivos estritamente pessoais.

Foi colocado a votação questionando se alguém se opunha á alteração da ordem do dia.

Como não houve oposição á alteração, foi colocada à votação uma proposta apresentada pelo Executivo da UFLOM, para a substituição do membro que renunciou, tendo sido proposta a eleita Adelaide Maria Sampaio Mariz. Esta proposta foi votada pelos 19 membros da Assembleia de Freguesia.

Favor –14 votos

Abstenções – 5 votos

Terminada esta votação tomou posse a cidadã, Virgínia Celina Braga Oliveira Sendeiro Cardoso Pinheiro, cartão de cidadão nº 09628410, válido até 17/08/2021, eleita pela Lista Rui Moreira, O Nosso Partido é o Porto, resultante do ato eleitoral realizado em 1 de outubro de 2017, para ocupar o lugar vago da eleita Adelaide Maria Sampaio Mariz, a qual passou a Vogal do Executivo desta União de Freguesias. Para ocupar o lugar vago que fica nesta Assembleia, foi solicitado a Sr.ª Sofia Murta que ocupasse o lugar que ficou vago por tratar-se da pessoa seguinte da lista e que substitui a Dra Filipa Beleza (mandato suspenso).

Ponto 2 – Aprovação da ata da Assembleia de Freguesia (27 de junho de 2019);

Interviram:

- **António Alves, CDU**, usou da palavra lembrando a prática da CDU em relação às atas, tem criticado o modelo, não põe em causa as pessoas que a fazem, nem têm intenção de por em causa a seriedade de quem as escreve. Lembrou que o ficheiro com o áudio foi enviado, mas o que ficar escrito é o que futuramente irá ficar

registado. Na sua intervenção referiu que a mesa devia assumir mais responsabilidades na correção das atas. Procurou ver alguns capítulos, tendo constatado a falta de rigor na forma como a mesma é redigida, descontextualização de algumas frases que são ditas, nomeadamente algumas que lhe são atribuídas. Informou não votar contra, mas que se iria abster.

Favor – 11 (4 PS, 7 RM)

Contra - (zero)

Abstenções – 3 (1 PS, 1 CDU, 1 BE)

Não votaram 5 (2 PSD, 1 CDU, 2 RM)

Ponto 3 – Aprovação da retificação do texto do Protocolo de Colaboração entre a União de Freguesias e as Associações de Pais das Escolas EB1 da Freguesia, relativo aos ATL das Escolas EB1 da Freguesia, aprovado na Assembleia de Freguesia de 27 de junho de 2019;

Interviram:

- **Manuela Amorim, PS**, solicitou o uso da palavra tendo começado por cumprimentar todos os presentes. Informou ter lido cuidadosamente o protocolo, tendo prestado especial atenção ao ponto três que refere que as atividades de tempos livres constituem uma prioridade no âmbito da educação básica, pois neste nível educativo torna-se imperiosa a preparação da criança para uma adequada integração na sociedade, tendo concordado em absoluto. Informou ter efetuado uma pesquisa para saber como é que outros agrupamentos dirigiam suas atividades de tempos livres. Congratulou-se com o agrupamento de Lordelo, dando uma informação que tinha achado interessante.

Que as atividades se dividiam em dois espaços, e que logo a seguir a acabar as aulas, as crianças tinham tempos dedicados a atividades lúdicas ligadas à mobilidade, tais como saltar, pular, brincar, pois isso é essencial e gostou de referir isso. Referiu que a educação é o melhor que temos, poderiam roubar-nos tudo, a casa, o automóvel, mas não poderão tirar a educação pois trata-se de uma riqueza excecional. Por isso, as atividades de tempos livres não lhe passam indiferentes tendo ficado contente com a informação desse agrupamento. Advertiu ainda os seus receios para com os CATL'S que são empresas que se poem ao dispor das escolas, das associações de pais para

receberem as crianças nos tempos em que os pais se encontram a trabalhar ou por outras razões, não podem estar junto delas. Lembrou ainda que os CATL'S foram criados para serem espaços que contribuam para o desenvolvimento do comportamento, atitude, conhecimento e capacidade de socialização das crianças. A sua formação pessoal ultrapassa de longe aquilo que possa ter no meu intelecto e que isso prepara o ser para o futuro, para enfrentar a vida. Muitas vezes esses centros são invadidos pela lógica escolar, ou seja, a lógica escolar, são os deveres, são as cargas e as crianças ficam com atividades estruturadas que correspondam aos currículos e tira-se a possibilidade plena de saltar, pular e surge assim a necessidade de um mediador, que faça a ponte entre alunos e escola, filhos e pais, alunos, pais e escola. Lembrou que não se devia esquecer as atividades de tempos livres, mesmo pequenas que fossem, deixa-las serem crianças.

- **António Alves, CDU**, solicitou ao Executivo da Junta que desse uma explicação, porque no seu entender este protocolo tinha sido votado na última Assembleia e presumia ser igual, na altura a CDU tinha votado a favor. Tinha estado a ler o mesmo, e que este protocolo concretiza alguns dados que no anterior protocolo estavam ainda em branco e que de resto seria igual. Informou que iria manter o sentido de voto do anterior protocolo indo ao encontro do apoio às associações de pais, às crianças para o poderem frequentar, ao incremento de mais crianças, mais ATL'S para dar mais apoios, e nesse sentido votariam a favor.

- **Marco Leitão, PS**, usou da palavra para referir que gostaria que fosse dada uma explicação, quanto a esta reificação, para poderem votar em consciência.

- **Rosa Duarte, Vogal da Junta**, afirmou que como é do conhecimento de todos na última Assembleia foi apresentado um protocolo que, entretanto, foi necessário retificar. Depois de aprovado, houve necessidade de o apresentar às associações de pais e depois da sua apresentação, foram necessárias introduzir algumas alterações. Nada altera a substância do protocolo, como tiveram a oportunidade de constatar, a sua substância, os seus objetivos, mas as alterações introduzidas devem-se nomeadamente ao facto de agilizar os procedimentos e a alteração da estrutura da associação de pais, pois houve necessidade de estudar como seria o modelo e esse estudo foi feito depois da Assembleia. Alterou-se a estrutura do protocolo, tendo-se adequado o mesmo a algumas especificações, nomeadamente ao modo de

pagamento, como deveria ser feito o circuito financeiro, porque tanto a associação de pais como a Junta, tinham algumas dificuldades em perceber e tornar este modelo totalmente transparente tendo nesse sentido formalizado vários pedidos de pareceres, inclusive a CCDR-N, a Anafre, os quais deram um parecer no sentido de que esta situação teria sempre de passar pelo Executivo, o apoio a atribuir a cada criança é dado à associação de pais. O circuito é o executivo dar o apoio à associação de pais e a associação é que ira dar o dinheiro à entidade, portanto à empresa que está a prestar o serviço e os pais só irão pagar o restante.

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, informou que o protocolo em si tem exatamente os mesmos moldes, não se alterou o financiamento, nem os apoios, tabelas da segurança social, é tudo igual. O que acontece é que as associações de pais, são associações sem fins lucrativos e quando apresentaram às associações de pais e como disse na última Assembleia, já tinha estado reunida com as associações, um acordo previamente articulado com as associações de pais, só que entretanto as associações de pais falaram na hipótese de o Executivo pagar à entidade que irá estar nas cinco escolas, o que se for a Junta de Freguesia, isso não é possível perante a contratação. Assim foi necessário efetuar uma alteração e, portanto, é um apoio que a Junta dá à associação de pais e a mesma é que paga à empresa escolhida por eles. Ou seja, o que vai acontecer, os alunos que requerem este apoio inscrevem-se nos agrupamentos das cinco escolas primárias da Freguesia, a posterior quando se inscrevem no ATL, é-lhes entregue uma ficha para requerer o apoio à Junta de Freguesia e a Junta faz uma análise e pode atribuir um apoio de cinquenta, sessenta, trinta por cento, mas a empresa vai faturar diretamente para a associação de pais, a associação indica esses valores a Junta paga à associação de pais. A mãe só paga dez, quinze euros, vinte ou trinta conforme o escalão em que estiver, ou seja, o aluno em si depois de receber a confirmação do apoio da Junta de Freguesia, só vai pagar a percentagem que estiver calculada perante o escalão da segurança social. Não há alteração ao protocolo, as benesses são as mesmas para as crianças e como disse a D. Manuela, reforçar e implementar nas cinco escolas primárias, um apoio e não um subsídio.

- **Susana Constante Pereira, BE**, o Bloco na altura absteve-se e tinha algumas reservas em relação a esta proposta, desde logo pelo facto de não permitir que a família faça uma escolha da resposta social de ATL, onde possa por as suas crianças, para lá dos ATL'S que existem nos agrupamentos e neste momento em tutela de

empresas privadas, há outros resposta de ATL'S na freguesia e que se este apoio fosse rececionado diretamente para a família, a família poderia escolher onde colocar a criança. Este ajuste, esta especificação, este circuito de pagamento agrava a preocupação do Bloco de Esquerda, porque da última vez que o que foi dito foi que era que o apoio era para as associações de pais e inclusive foi-nos explicado que tinha sido sobejamente discutido e debatido com as associações de pais, afinal havia esta questão contabilista e jurídica e a proposta que a associação de pais aqui partilhou, era que o pagamento fosse feito diretamente à empresa, porque a Junta não o pode fazer. Se a fatura é emitida pela empresa, vai à associação de pais a Junta e a Junta dá o dinheiro a associação, é um circuito em que a Junta está a pagar a empresas privadas para uma oferta de serviços de ATL. Sobre a questão da forma como é apresentada, facilitaria se fosse apresentado um quadro comparativo, de um lado o anterior e do outro o novo, para se ter noção do que foi alterado. O Bloco vai manter a abstenção e solicitou que os pedidos de parecer à Anafre, à CCDRN, e as respetivas respostas fossem enviados à Assembleia.

- **Tesoureiro da Junta, Luís Grabulho**, cumprimentou todos os presentes. Para que não haja dúvidas no protocolo, esclareceu que o Executivo vai atribuir um subsídio às associações de pais, por cada criança que frequenta o ATL. As associações contratam quem quiserem, gerem como quiserem, o ATL é da Associação de Pais. A Junta não tem qualquer poder e se eventualmente as associações de pais fizerem o que estão a fazer neste momento, que é a contratualizar com a empresa, a Junta não tem qualquer interferência na escolha e as empresas não vão passar qualquer fatura à Junta de Freguesia, faturaram à associação de pais. A associação de pais vai comunicar à Junta, os pais que estão a requerer o subsídio e mediante esse calculo que é feito e conforme forem dando nota da frequência das crianças no ATL, vão sendo feitas transferências para a associação de pais, para que a mesma junto da empresa possa pagar a quantia correspondente. Por isso, não há qualquer faturação da empresa à Junta de Freguesia e esta vai pagar um valor referente às crianças que são efetivamente carenciados. Como é um ano zero, serão feitos os ajustamentos e no próximo serão introduzidos melhoramentos.

- **Presidente da Junta, Sofia Maia**, respondeu à Sra. Deputada Susana Constante Pereira, que em relação à situação que já tinha falado na outra Assembleia, achava muito interessante abranger toda a freguesia e todos os ATL'S, mas neste momento

abrange só as cinco escolas públicas da freguesia, porque só as Juntas de Freguesia e as associações de pais podem solicitar à Câmara as salas para o ATL. Em relação ao pagamento direto às famílias, foi feito um estudo com a associação de pais e o que foi transmitido é que preferiam que fosse a Junta, porque já houve outras experiências noutras cidades e sempre corria bem com as famílias e todas as associações de pais pediram que o pagamento fosse feito desta forma. Espera para o ano estar a fazer um protocolo, que possa apoiar muito mais que cem meninos e que o futuro Governo tenha em conta que é necessário um apoio antes e depois das aulas para as crianças e enquanto não faz, a Junta está ali para fazer.

- **Marco Leitão, PS**, interveio para esclarecer que este protocolo já tinha sido votado na última Assembleia e o Partido Socialista apresentou algumas reservas, porque não concordava inteiramente com o modelo e, como já foi referido pelo Bloco de Esquerda, este modelo abrange exclusivamente as associações de pais e entendiam que deveria ser mais abrangente, mas tendo em conta o trabalho importante que as associações de pais têm vindo a fazer, e o trabalho positivo e produtivo, em todo o País e nomeadamente na Freguesia, votarão a favor.

- **Manuela Amorim, PS**, quanto aos meninos andarem depois por aí, é certo que andam, mas faz parte da educação e por isso insiste que as pessoas brinquem na altura que devem brincar, para serem adultos responsáveis na altura em que tem de ser. Essa responsabilidade de os meninos andarem depois por aí, passa pelos pais e pelos encarregados de educação e não se pode pedir ao Governo, que já modificou muita coisa, porque as atividades de tempo livres começaram a existir num Governo do Partido Socialista e melhoraram sempre nos Governos do Partido Socialista. Já surgiram para dar resposta a essas tais horas, os animadores sociais, já integrados em muitas instituições e instituições essas que são pagas pela Segurança Social e esses tais animadores sociais, foram formados recentemente para poderem captar os meninos para não andarem na rua.

Favor – 18 (5 PS, 2 CDU, 9 RM, 2 PSD)

Abstenções -1 BE

Contra – 0 (zero)

Ponto 4 – Aprovação do Código de Conduta (Alteração resultante da aplicação da Lei nº 73/2017, de 16 de agosto);

Interviram:

- **Secretária da Junta, Maria João Nunes**, cumprimentou todos os presentes. Informou que em dois mil e catorze foi aprovado um Código de Conduta nessa altura e entretanto foi publicado a Lei 73/2017 e por aplicação dessa Lei, teve que se alterar o Código de Conduta da Junta, em que foi incluído agora o assédio moral, sexual de acordo com a Lei aprovada em dois mil e dezassete. Foi essa parte que foi alterada e não existirá nada de mais relevante.

- **António Alves, CDU**, independentemente de ter sido aprovado em dois mil e catorze o Código de Conduta semelhante a este e estas alterações resultarem do imperativo legal, a bancada vai votar este documento e este documento contém matérias com as quais não estão de acordo. Gostava de saber se os trabalhadores da Autarquia foram ouvidos para se definir este projeto, porque entende que é elementar que um Código de Conduta que se distribui aos trabalhadores da Junta, os próprios trabalhadores possam dar uma opinião sobre essas regras. Se foram ouvidos, melhor, é positivo. Mesmo sendo ouvido os trabalhadores, se houver matérias com as quais não concorda e há muitas, começando pelo português, um texto que está horrível, os sujeitos das frases ou não existem ou estão confusos, deturpados, umas vezes referem-se aos elementos desta Junta, que se inclui os eleitos, o Executivo e os Deputados da Assembleia de Freguesia, e os colaboradores que é um termo ideológico, que não respeita os direitos dos trabalhadores, porque o que está na Lei e na Constituição, os direitos de trabalho não é colaboradores mas sim trabalhadores. Pois qualquer pessoa que venha aqui colaborar com a Junta, é um colaborador, o trabalhador é o que tem contrato de trabalho conforme está designado na Lei. Em segundo lugar, nessa mistura dos sujeitos das frases, coloca aqui os membros da Assembleia de Freguesia a terem de ser corteses no entendimento do público e outras coisas do género. Por último e o mais grave, é que ao introduzir esta matéria dos abusos sexuais, assédio sexual e moral em que aqui já utiliza os termos que estão consignados na Lei, já fala em trabalhadores, mas que contem matérias em que não está de acordo, nomeadamente os apelos à coação a denúncia no artigo 14º,

premiasse os trabalhadores que fizerem denúncias contra os seus colegas de trabalho e isso eu não está de acordo. Vai votar contra.

- **Secretária da Junta, Maria João Nunes**, para explicar que este Código de Conduta que existe nesta Freguesia, não existe noutras porque esta Junta é certificada. A certificação faz que um dos atos que todos os inquéritos que são feitos aos trabalhadores, colaboradores, funcionários, o que lhes quiserem chamar, são as pessoas que trabalham aqui e prestam o seu trabalho e muito bem nesta Junta. O que foi feito foi uma adaptação a Lei, esta Lei foi aprovada em Assembleia da República e não sabe como o Partido Comunista votou, pois trata-se de uma transcrição da Lei. Se as pessoas são incomodadas no seu local de trabalho, tem todo o direito de denunciar e de falar.

- **Cláudia Costa, RM**, quando num Código de Conduta que existe e foi votado em dois mil e catorze e se inclui uma alteração, que protege os trabalhadores, colaboradores, funcionários, muito a espanta ver o Partido Comunista, neste mesmo lugar pronunciar a inclusão num Código de Conduta já existente, uma questão deste género. O que aqui se pretende é proteger quem trabalha e não podia deixar de vir demonstrar o seu espanto com a intervenção do Partido Comunista.

- **Marco Leitão, PS**, apenas para dizer que a bancada do PS vai votar a favor, embora possa haver algumas pequenas imprecisões no documento, mas na substância entendem que efetivamente é algo positivo para a Junta.

Favor – 17 (9 RM, 5 PS, 2 PSD, 1 BE)

Abstenções - zero

Contra – 2 CDU

Ponto 5- Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia, relativa aos meses de julho e agosto de 2019, bem como o planeamento para o mês de setembro;

Interviram:

- **Susana Constante, BE**, aproveitou o ponto para colocar uma questão que lhes chegou e o Executivo poderá dar uma clarificação. Aparentemente há fotografias

ATAS

tiradas no dia 7 de setembro que mostram descargas de águas residuais ou não no rio Douro, junto da ciclovia da marginal, Av. Gustavo Eiffel. Esclarecer a origem desta descarga. Normalmente é o ponto onde se colocam questões à Junta, estando a pedir uma informação.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na íntegra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Presidente da Assembleia de Freguesias
Carla Elizabeth de Sousa
Alfama, Paulo João Sá